



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640159 - RJ (2021/0013517-4)

**RELATOR** : **MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SONIA MARIA ARRUDA GONCALVES - RJ069498  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : LEONARDO DA SILVA GOMES (PRESO)  
**PACIENTE** : JORGE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEONARDO DA SILVA GOMES e JORGE LUIZ TEIXEIRA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Apelação Criminal n. 0052414-06.2019.8.19.0001).

Os pacientes foram condenado à pena de 06 anos e 08 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 16 dias-multa, pelo cometimento do crime tipificado no art. 157, parágrafo segundo, inciso II, e § 2º-A, do Código Penal.

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea a justificar a aplicação do regime de cumprimento mais gravoso da pena.

Assevera que "em razão da primariedade e bons antecedentes dos Pacientes, bem como em razão de ausência de circunstâncias judiciais negativas, atreladas à falta da inidoneidade dos fundamentos para estabelecimento de regime fechado, não pode prevalecer o regime mais gravoso como pretende o acórdão guerreado, devendo, data vênua, ser estabelecido o regime semiaberto." (fl. 11).

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja alterado o regime de cumprimento de pena dos pacientes para o semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, até porque, consta

da ementa do acórdão de fls. 14-21:

"APELAÇÃO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. Artigo 157, parágrafo 2º, inciso II, e parágrafo 2º-A, inciso I, do Código Penal. Recurso exclusivo da Defesa. Autoria e materialidade delitivas plenamente comprovadas. Reconhecimento inequívoco. Desnecessidade de apreensão e perícia da arma de fogo para a configuração da majorante. Concurso de causas de aumento de pena. Hipótese de incidência do artigo 68, parágrafo único, do Código Penal. Aplicação somente da causa de aumento de pena relativa ao emprego de arma de fogo. Incidência cumulativa que não foi justificada na sentença. Regime prisional. Gravidade concretado fato, quantidade de pena aplicada e emprego de arma de fogo que não permitem o abrandamento do regime prisional fechado estabelecido. Enunciado nº 381 da Súmula deste Tribunal de Justiça. Parcial provimento do recurso."

Considerando a complexidade da análise e que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência